

Clínicas baianas têm boas notícias do STJ



*Dr. Anrônio
Luiz Bueno
Barbosa
é assessor
jurídico do
CBR*

Após a promoção simultânea de diversas ações judiciais contra clínicas voltadas para a prestação de serviços radiológicos e métodos de imagem, o CRTR da Bahia aguarda o posicionamento do Judiciário local antes de tomar qualquer outra atitude.

Com efeito, o ingresso das referidas ações, tendo por objetivo ver clínicas radiológicas obrigadas a se inscrever nos quadros do CRTR, coincidiu com o julgamento de caso análogo pelo Superior Tribunal de Justiça, que, nos autos do Recurso Especial nº 232.839, reconheceu a inexistência de obrigação legal de inscrição de estabelecimentos em Conselhos representativos de profissões outras que não a correspondente à sua atividade básica, ratificando posicionamento anteriormente firmado.

Assim, o Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco, autor da ação que culminou com a decisão em questão, viu rejeitada sua pretensão de obrigar Pronto-Socorro local a se registrar em seus quadros e passar a recolher as respectivas anuidades.

Como bem enfatizado no citado julgamento, os estabelecimentos prestadores de serviço devem se registrar apenas perante o conselho representativo da atividade preponderante nele desenvolvida, sob pena de configuração da figura da superposição de registros.

Assim, a obrigatoriedade imposta a cada profissional de se inscrever junto ao conselho fiscalizador da atividade desenvolvida não se estende à empresa que o contrata, de maneira que cada estabelecimento deve manter registro apenas perante o Conselho profissional representativo de sua atividade básica, nos precisos termos da Lei Federal nº 6.839/80.

Sendo seu objetivo social a prestação de serviços de natureza médica, deve a respectiva pessoa jurídica se inscrever apenas nos quadros do Conselho Regional de Medicina.

Sem dúvida, tal decisão, noticiada nos autos de todos os processos movidos pelo CRTR da Bahia, consiste em precedente que, apesar de não vincular o Judiciário baiano, por certo deve balizar seu posicionamento, mormen-

te em face da intensa semelhança entre os casos e da equidade com que decidiu o Superior Tribunal de Justiça.

De fato, a pretensão de obrigar a efetivação de registro junto a todos os conselhos representativos de profissões encontradas em determinado estabelecimento é por demais nociva à pessoa jurídica, que já é refém de toda sorte de encargos para manter-se em funcionamento.

Assim, o STJ com justeza salientou a existência de lei federal que disciplina a questão, determinando que o registro da pessoa jurídica é devido apenas perante o conselho profissional que representa a atividade básica nela desempenhada.

Até que sejam definitivamente julgadas as ações em trâmite na Capital da Bahia, espera-se que o Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Estado repense a posição de provocar o Judiciário para ver clínicas e estabelecimentos médicos prestadores de serviços radiológicos e de imagem obrigados a se registrar em seus quadros, haja vista a reconhecida ausência de amparo legal para tanto.